



Índice

- 01** [Quilombolas discutem desafios da comercialização de seus produtos](#)
- 02** [Eleições 2014 – Justiça Eleitoral visita aldeia indígena](#)
- 03** [Dois anos depois, novo surto de diarreia e vômito volta a matar crianças indígenas no Alto Rio Purus](#)
- 04** [Ministério Público Federal e MP/MS querem suspensão de licenciamento de hidrelétricas em aldeias](#)
- 05** [Justiça paralisa usina São Manoel e ordena consulta prévia aos índios](#)
- 06** [Em carta a presidentiáveis, Apib cobra fim de opressão a indígenas](#)
- 07** [Internacional – Primeira Conferência Mundial dos Povos Indígenas começa nesta segunda-feira \(22\)](#)
- 08** [Constituição é marco temporal para análise de casos de ocupação indígena](#)
- 09** [Demarcação de terras indígenas não é desapropriação indireta](#)
- 10** [Território etnoeducacional é formalizado em Pernambuco](#)
- 11** [Curta-metragem Jogos Indígenas é exibido em Festival](#)
- 12** [Índios relatam perseguição na ditadura e pedem indenização ao governo](#)
- 13** [De étnica](#)
- 14** [Bicicultura doa 150 kg de alimentos para Associação Indigenista de Maringá](#)



- 15** Alcântara sedia evento sobre saúde em quilombolas
- 16** Comunidade do Jardim Anache vence 9º Jogos Indígenas de Campo Grande
- 17** Mais de 20 comunidades indígenas de 6 etnias se reúnem para jogos na Capital
- 18** Prefeito Carlos Amastha participa da Primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas
- 19** O primeiro povo indígena anistiado
- 20** Indígenas Aikewara na Comissão da Anistia: Perdão e reparação
- 21** Comissão de Anistia aprova indenização para 14 indígenas explorados na Guerrilha do Araguaia
- 22** Povos indígenas e clima serão discutidos antes da 69ª Assembleia Geral da ONU
- 23** Povos indígenas de RR resgatam herança cultural com dança parixara
- 24** Índios se unem para enfrentar os ruralistas nas urnas
- 25** Escola indígena, na Amazônia, intervém na sua comunidade
- 26** Liberada obra de duplicação no trecho da aldeia indígena da BR-386 em Estrela
- 27** Doutor em Antropologia, índio de MS participa hoje de conferência na ONU
- 28** Proteção das Terras Indígenas (TI) em 'xeque'
- 29** Em Manaus, Marina Silva fala sobre BR-319 e terras indígenas
- 30** Como fica a Portaria 303 agora que o STF reafirmou a repercussão geral do caso Raposa Serra do Sol?



Quilombolas discutem desafios da comercialização de seus produtos

SÍTIO VERMELHO, 19.09.2014

Nos dias 23 a 25 de setembro, o evento promovido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo reunirá quilombolas dos municípios paraenses de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Oriximiná para trocar experiências e discutir ações articuladas que possam favorecer o seu acesso aos mercados institucionais do PAA e Pnae.

Reprodução

Integrantes de comunidades quilombolas vão debater os desafios de comercializar seus produtos. Integrantes de comunidades quilombolas vão debater os desafios de comercializar seus produtos.

O seminário, que acontecerá em Alter do Chão (Pará) com o apoio de ICCO e Christian Aid, integra as ações desenvolvidas pela Comissão Pró-Índio com o objetivo de apoiar índios e quilombolas na promoção do desenvolvimento sustentado de suas comunidades.

No segundo dia do seminário, 24 de setembro, está previsto um momento de diálogo dos quilombolas com gestores e técnicos de diferentes órgãos do governo, como Conab, FNDE, Incra e Emater.

Representantes das Prefeituras de Santarém, Óbidos, Oriximiná e Monte Alegre também foram convidados.

O acesso dos quilombolas ao PAA ainda é limitado

Dados da Conab indicam que, em 2012, do total de 128.804 agricultores familiares que acessaram o PAA, somente 1.652 foram de quilombolas. Ainda segundo a mesma fonte, naquele ano, a aquisição de produtos dos quilombolas representou 1,26 % do total investido no PAA em todo o Brasil.

No Estado do Pará apenas oito municípios aderiram ao PAA, entre eles Santarém.

No ano passado, os quilombolas de Santarém puderam, pela primeira vez, comercializar a sua produção no programa. Essa é uma das experiências que será compartilhada no seminário. Venda para o Pnae – o desafio inicia com o cardápio

A comercialização por meio do Pnae também tem sido difícil e o desafio começa com o próprio cardápio da alimentação escolar que, muitas vezes, não contempla ou não prioriza os produtos da agricultura familiar local.

Os quilombolas de Oriximiná e de Óbidos trarão as suas experiências de diálogo com o Poder Público para adequar o cardápio.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

Perspectivas para o beneficiamento da produção

Os mercados institucionais podem também favorecer as iniciativas de beneficiamento da produção quilombola.

É essa a expectativa que a Cooperativa do Quilombo de Oriximiná - que, em parceria com a Comissão Pró-Índio desenvolve o projeto de implantação de usina de beneficiamento da castanha-do-pará - trará para o debate.

Fonte: Assessoria



Eleições 2014 – Justiça Eleitoral visita aldeia indígena

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 19.09.2014

Mensagem de conscientização do voto

Servidores da 17ª Zona Eleitoral visitaram, na última segunda-feira (15), a aldeia indígena São Luiz, localizada na Terra Indígena Rio Branco, no Município de Alta Floresta D'Oeste a 100 Km do perímetro urbano. Mais de quatro etnias fazem parte dessa aldeia.

O Objetivo da visita dos servidores da Justiça Eleitoral, Rafaella Queiroz Del Reis Conversani e Alan Cleriston da Silva à Aldeia São Luiz, foi realizar atividades de conscientização do voto com jovens e as crianças através da campanha "Vote Certo, Vote Consciente", dentro do Projeto Patrulha Eleitoral.

Foram distribuídas capas e gibis para as crianças que, na oportunidade, se tornaram "Heróis do Voto". "O semblante dos pequenos durante as brincadeiras e os vídeos nos indicou o quanto eles gostaram e se divertiram com as apresentações, a atividade também foi acompanhada pelos professores presentes que a aproveitaram de forma pedagógica, inserindo nas atividades algumas ponderações para a reflexão desses futuros eleitores." disse Alan Cleriston da Silva Técnico Judiciário

Os adultos participaram de uma votação simulada com uma urna eletrônica para criarem intimidade com o equipamento.

Vote Certo, Vote Consciente

A campanha "Vote Certo, Vote Consciente" busca conscientizar e doutrinar crianças e jovens para que se envolvam com as eleições e compreendam a importância do voto limpo.

A intenção é aumentar o alcance dessas ações tornando o futuro eleitor cada vez mais consciente de seu papel na sociedade.

A próxima grande ação da campanha "Vote Certo, Vote Consciente" está prevista para o próximo dia 27/09, no Porto Velho Shopping.



Dois anos depois, novo surto de diarreia e vômito volta a matar crianças indígenas no Alto Rio Purus

SÍTIO CIMI, 19.09.2014

Ao menos sete crianças indígenas morreram de diarreia, vômito e desnutrição nesta primeira quinzena do mês de setembro em aldeias espalhadas pelo Alto Rio Purus, no Acre. Pouco mais de dois anos depois de um surto similar e que matou 34 crianças* entre 0 e 5 anos, em um raio de cinco meses, comunidades Madja (Kulina) e Huni Kuĩ (Kaxinawá) denunciavam que a falta de atenção à saúde na região segue sendo a principal causa das mortes.

Jornal Porantim, março de 2012: Surto de diarreia faz 24 vítimas e escancara situação da saúde indígena no Acre

De acordo com as lideranças Huni Kuĩ, houve uma reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), ocorrida em Rio Branco no início deste mês, para tratar da criação do paraestatal Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). Na ocasião uma carta com a descrição da situação calamitosa da saúde, incluindo o surto de diarreia, foi protocolada. Porém, conforme relatam as lideranças, nenhuma providência foi tomada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Conforme documento encaminhado ao Ministério Público federal (MPF) no último dia 16, lideranças Huni Kuĩ da Associação de Produtores Kaxinawá da Aldeia Nova Fronteira afirmam que falta desde transporte para o resgate de pacientes até pacote de sais para reidratação oral. Programas de saneamento básico, talvez a principal deficiência nas aldeias do Purus, nunca saíram do papel desde as três dezenas de mortes ocorridas em 2012. Na foto ao lado, intervenção sanitária desastrosa da então Funasa gerou entulhos de ferro, concreto e esgoto nas aldeias.

“As diarreias se apresentaram nas nossas crianças levando seis vidas de suas famílias sem nenhuma justificativa da então responsável pela saúde dos povos indígenas (Sesai)”, diz trecho do documento enviado ao MPF. A sétima vítima, conforme levantamento da equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que há mais de duas décadas atua no Alto Rio Purus, é uma criança Madja, de onze meses, morador da aldeia Prainha. Há casos de mortes que não chegam a ser noticiadas, encerrando-se nas covas abertas pelas comunidades.

Outras seis vítimas fatais são das aldeias São Francisco (Huni Kuĩ), Fortaleza (Huni Kuĩ), Canamari (Madja), Nova família (Huni Kuĩ), Nova Morada (Huni Kuĩ) e Novo Marinho (Huni Kuĩ). Várias das mortes de 2012 foram de crianças destas mesmas aldeias, repetindo também não só os mesmos sintomas, mas a práxis: sem transporte fluvial para chegar aos municípios de Santa Rosa do Purus, fronteira com o Peru, ou Manoel Urbano, divisa com o Amazonas, e tampouco atendimento nas comunidades, os pequenos padeceram desassistidos.

CONT.



No caso das crianças que conseguiram chegar aos hospitais dos municípios e da capital Rio Branco, três acabaram morrendo. De acordo com informações que chegam da equipe do Cimi e de lideranças indígenas, dezenas de outras crianças apresentam os sintomas de diarreia, vômito e desnutrição nas aldeias. Tal como em 2012, as mortes se alastram pela Terra Indígena Alto Rio Purus feito rastilho de pólvora. As lideranças indígenas dizem ao MPF que a Sesai sabe que este período é delicado no Purus, e a tendência, com as cheias do rio, é piorar, inclusive a propósito de se conseguir alimentação farta.

“Esta situação demonstra claramente que há uma falta de planejamento e de interesse em solucionar os problemas. As desconfianças aumentam ainda mais quando a Sesai tenta empurrar a criação do INSI, que é a terceirização da assistência à saúde indígena e que só resolveria os problemas da própria Sesai”, diz o coordenador do Cimi Regional Amazônia Ocidental, Lindomar Padilha. Na foto ao lado, é possível ver uma cacimba aberta pela saúde indígena bem ao lado do rio Purus: com as cheias, a água fica poluída; na encosta do barranco e sem proteção, a cacimba fica exposta ao tempo e animais.

O indigenista lembra que em 2012 a SESAI e a Secretaria de Saúde do Acre (Sesacre) apresentaram um plano emergencial que consistia na remoção de pacientes graves, numa força tarefa envolvendo o Exército e equipes do Samu, e na distribuição de 145 filtros adquiridos pelo programa Pró-Acre. Na ocasião, enfermeiros chegaram do Piauí alheios às dinâmicas próprias do rio Purus e os filtros, insuficientes para a demanda, foram instalados com a pedra de filtragem posicionada ao contrário da posição correta - ou foram entregues às aldeias quebrados.

Tal como os banheiros entregues pela então Funasa anos antes, aos poucos consumidos pela contumaz umidade amazônica, além das fossas estouradas espalhando imundices pelas aldeias, em muitas casas Huni Kuĩ e Madja os filtros foram encontrados pela equipe do Cimi, à época, como adornos fora de contexto; além de terem sido instalados de forma errada, a Sesai e a Sesacre não enquadraram o plano emergencial aos usos e costumes dos povos.

Execução orçamentária: gestão ineficiente

No documento enviado ao MPF pelas lideranças Huni Kuĩ, consta que em 21 de fevereiro deste ano o secretário da Sesai, Antônio Alves, afirmou, em nota, que o problema do transporte teria sido resolvido, falou da Portaria nº 2.974, onde o Dsei que atende o Alto Purus poderia adquirir medicamentos e insumos para a lista de atenção básica, se referiu ainda a medidas envolvendo saneamento básico, além da construção de dois postos de saúde nas aldeias Maronawa e Nova Fronteira, aprovados para 2014, e da formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS).

“Todos esses fatores estão fora da realidade. O problema do transporte para resgate de pacientes é simplesmente um anseio sem realidade concreta, pois se existem não funcionam. Os AIS’s estão hoje com dificuldades de alimentar programas que são de suas responsabilidades por falta de estrutura”, diz trecho do documento entregue pelos indígenas ao MPF. Em 2012, como pode ser constatado nas reportagens do jornal Porantim, os agentes indígenas reclamavam que há quatro anos estavam na função sem formação ou estrutura de trabalho.

CONT.



Jornal Porantim, abril de 2012: Indígenas do rio Purus cobram políticas públicas para saúde e água

Se tomarmos por base o executado pela Sesai no que concerne o orçamento da saúde indígena, também é possível constatar que pouco ou nada mudou. Em 2012, a Sesai destinou meros 8,17% do previsto para a rubrica de Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena, ou seja, dos R\$ 26.650.000,00, o órgão liquidou somente R\$ 2.176.388,00. O resto voltou para os cofres da União. Na foto ao lado, cova de uma criança morta no surto de 2012.

Balanco parcial de 2014 mostra a permanente incompetência da atual gestão privatista da Sesai. Até este último mês, dos R\$ 48 milhões destinados ao saneamento básico em aldeias, um dos principais problemas no Alto Rio Purus, apenas R\$ 1,6 milhão teve execução. No caso da estruturação das unidades, o órgão liquidou apenas R\$ 3 milhões dos R\$ 40 milhões orçados para este ano.

Os recursos que poderiam garantir planejamento e eficácia, acabam sendo preteridos por planos de emergência fugazes para atender demandas permanentes, quando as mortes já acumulam dor e dissociações entre os povos. Como a carta das lideranças Huni Kuĩ ao MPF deixa transparecer, o controle social também não tem tomado iniciativas para reverter o quadro. Em 2012, por exemplo, o Cimi denunciou o caso de uma criança em estágio avançado de desnutrição. Este ano uma das mortes teve a desnutrição como causa.

Enquanto este cenário tinge de cinza o "Paraíso Perdido" do Alto Rio Purus, assim descrito pelo escritor e jornalista Euclides da Cunha, em Brasília (DF) a cúpula da Sesai prepara oficina, para os próximos dias 25 e 26, com o intuito de convencer o movimento indígena e organizações indigenistas de que a situação caótica do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena será resolvida com a privatização do setor, despejando os bilhões destinados à saúde indígena para a iniciativa privada administrar e assumindo que de fato o Poder Público não consegue garantir a vida dos povos indígenas no Brasil.

*O número contabiliza o total de mortes do ciclo, que ocorreu entre dezembro de 2011 e abril de 2012.



Ministério Público Federal e MP/MS querem suspensão de licenciamento de hidrelétricas em aldeias

SÍTIO CIMI, 19.09.2014

O licenciamento ambiental de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na bacia do Rio Amambai, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, deve ser imediatamente suspenso. Ele só poderá ser retomado após autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O Ministério Público constatou ainda que os Estudos de Impacto Ambiental apresentados não abrangeram o trabalho de recuperação de áreas degradadas ao longo do rio, já em andamento, nem medidas compensadoras de eventual supressão e deslocamento de áreas de preservação permanente e reserva legal das propriedades atingidas pelos empreendimentos. Houve, ainda, ausência de licenciamento ambiental de uma das PCHs planejadas. As audiências públicas obrigatórias não foram realizadas em conformidade com a lei e não tiveram participação da Funai nem do MPF.

A área que deverá ser impactada abrange terras indígenas, já consolidadas e em fase de estudo antropológico. Podem ser potencialmente afetadas, direta e indiretamente, as terras Indígenas Amambai, Guaimbé, Jaguari, Jarara e Rancho Jacaré, todas homologadas e demarcadas pelo governo federal.

No processo de licenciamento, não constam manifestação da Funai sobre o impacto dos empreendimentos em terras indígenas nem qualquer autorização do Iphan para a retirada dos sítios arqueológicos que existem na região. Para que o licenciamento seja levado adiante, a Funai deverá realizar consultas prévias às comunidades indígenas afetadas, para só então se manifestar. Já o Iphan tem que realizar estudos sobre o potencial de dano aos sítios arqueológicos existentes nas áreas impactadas pelas PCHs Foz do Saiju, Barra do Jaguari e Bela Vista, todas no Rio Amambai.

A Constituição Federal determina que os indígenas devem ser consultados sobre obras que impactem suas comunidades, o que não aconteceu. Estes fatores não foram levados em consideração pelo Imasul, órgão ambiental do governo do estado responsável pela concessão do licenciamento.

De acordo com os Relatórios de Impacto Ambiental, a PCH Foz do Saiju abrange os municípios de Amambai, Juti, Caarapó e Laguna Carapã. O empreendimento terá a capacidade instalada total de 20 megawatts e a estimativa do custo é de R\$ 80 milhões de reais. Já a PCH Barra do Jaguari localiza-se entre os municípios de Amambai e Laguna Carapã, com capacidade para gerar até 29,7 megawatts. Estima-se o custo de R\$ 118,8 milhões. Os dois projetos são da empresa Sigma Energia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

Há, ainda, a previsão de instalação da PCH Bela Vista na mesma bacia hidrográfica. O Imasul e Iphan têm 30 dias de prazo, a partir do recebimento, para responder se acatam ou não a Recomendação. A ausência de resposta poderá levar ao ajuizamento das ações cabíveis.



Justiça paralisa usina São Manoel e ordena consulta prévia aos índios

SÍTIO CIMI, 19.09.2014

A Justiça Federal no Mato Grosso suspendeu novamente o licenciamento da usina São Manoel, no rio Teles Pires, a pedido do Ministério Público Federal (MPF) dessa vez pelo descumprimento da obrigação da consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A ordem judicial dá prazo de 90 dias para que o governo realize a consulta, que deve abranger os povos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku, todos afetados diretamente pelo empreendimento. A barragem de São Manoel está planejada para menos de um quilômetro dos limites da Terra Indígena Kayabi, vai afetar as aldeias Munduruku do Teles Pires e são previstos impactos severos sobre populações de Apiaká em isolamento voluntário. Para o MPF, o licenciamento tem graves irregularidades.

Essa é a quinta vez que usina é paralisada por desrespeitar direitos das populações atingidas. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) chegou a informar à Justiça, erradamente, que tinha sido feita consulta prévia para São Manoel. "A mera divulgação da decisão de realizar a obra aos povos afetados não se confunde com o direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT. Houve violação do direito fundamental de consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas afetados pela UHE São Manoel", afastou o juiz Ilan Presser da 1ª Vara Federal de Mato Grosso.

O juiz afirmou que, com a liminar, "impede-se que as questões discutidas nos presentes autos se resolvam em futuras compensações meramente patrimoniais, diante da irreversibilidade da construção do empreendimento, com a consumação de um etnocídio, culminando-se em crônica de uma tragédia anunciada".

O direito das comunidades indígenas de serem consultadas quanto ao aproveitamento dos recursos hídricos em suas terras também tem previsão constitucional, no artigo 231 da Constituição Brasileira. A mesma previsão consta na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, nos seus artigos 19 e 32, em que é reiterada a necessidade do consentimento livre, prévio e informado dos povos antes de os Estados tomarem decisões que possam afetar seus interesses.

A liminar cita a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos que, em diversos casos, reafirma a necessidade de materializar os direitos de consulta e participação dos indígenas mediante consentimento prévio e informado. Para o juiz, o sentido da Convenção 169 e da Constituição brasileira é de, a partir do exercício do direito de consulta, seja permitida a preservação e fomento do multiculturalismo; e não a produção de um assimilacionismo e integracionismo, de matriz colonialista, impostos pela vontade da cultura dominante em detrimento dos modos de criar, fazer e viver dos povos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

“O Estado brasileiro decidiu construir a UHE São Manoel. O Ibama já concedeu a licença. E, antes dessa decisão, manifestamente relevante para as comunidades afetadas, não houve a observância do direito de consulta. Do cotejo do comportamento do Brasil com a jurisprudência da CIDH, fica autorizada a conclusão de que o descumprimento do direito de consulta livre, prévia e informada pode, inclusive, gerar a condenação da República Federativa do Brasil em instâncias internacionais”, diz a liminar.

Processo nº 0014123-48.2013.4.01.3600

Íntegra da Liminar:

<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/liminar.consulta.pre301via.pdf>

Íntegra da ação:

http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_UHE_Sao_Manoel_direito_consulta_final.pdf



Em carta a presidentiáveis, Apib cobra fim de opressão a indígenas

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 20.09.2014

No texto, entidade expõe atual situação de descaso, sobretudo por parte dos projetos do Congresso Nacional, que visam a beneficiar os grandes empreendimentos

Any Cometti

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) publicou uma carta direcionada aos candidatos à Presidência da República para verificar o real compromisso destes em reverter o atual quadro de ameaças aos direitos assegurados a esses povos pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A entidade evidencia que os povos indígenas têm sido considerados entraves e empecilhos ao suposto desenvolvimento que se almeja implantar no país, tendo seus territórios, recursos naturais e cultura avassalados pelos empreendimentos que visam à apropriação e exploração descontrolada, tais como o agronegócio, mineradoras, madeireiras e empreiteiras. Por conta dessa apropriação indevida incentivada pelos governos, os direitos constitucionais indígenas deixam de ser efetivados.

A Apib enumera propostas que, como afirma, podem provocar a superação das mazelas e das atrocidades cometidas contra os indígenas durante os 514 anos de existência do país, caso os governantes se comprometam com sua implementação e com a garantia da autonomia indígena sobre seu território e cultura, passos essenciais para uma sociedade realmente democrática, justa e plural. A entidade detalha, ainda, que um dos objetivos do documento é fortalecer as alianças, solidariedade e lutas com outros segmentos e movimentos do campo, tais como quilombolas, pescadores artesanais, camponeses e comunidades tradicionais, que também sofrem com o avanço de empreendimentos desenvolvimentistas, instalados sem qualquer empecilho sobre seus territórios.

A demarcação de todas as terras indígenas é a primeira das reivindicações presentes na carta. O documento registra que mais de 60% das terras indígenas ainda não são demarcadas, formando um passivo propício a conflitos desfavoráveis às aldeias. Para que as condições de sobrevivência desses povos sejam mantidas, também reivindicam a efetivação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) e o reconhecimento das categorias profissionais e remuneração justa dos Agentes Indígenas Ambientais e Agroflorestais Indígenas. Além disso, que sejam garantidas a segurança e proteção dos territórios e a garantia de sustentabilidade aos povos, que respeite a especificidade de cada cultura.

Uma das principais reivindicações é pela inviabilização de todas as propostas no Congresso Nacional que pretendem reverter ou suprimir os direitos constitucionais dos povos indígenas, a maioria sob comando da bancada ruralista, aliada a outros segmentos como o da mineração e o das igrejas fundamentalistas.

CONT.



A carta detalha os casos dos Projetos de Lei (PL) 1610, da mineração em terras indígenas; PL 7735/2014, do Patrimônio genético; as propostas de Emenda Constitucionais (PEC) 215, que transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre as demarcações de terras indígenas, abrindo prerrogativa para a revisão de processos já homologados; PEC 38, que atribui competência privativa ao Senado para aprovar, mediante proposta do Executivo, o ato demarcatório das terras indígenas; Portaria 303, que proíbe a ampliação de áreas indígenas já demarcadas no País e permite a revisão dos processos homologados; Portaria 419, que proíbe a ampliação de áreas indígenas já demarcadas no País e permite a revisão dos processos homologados; e a Minuta de Portaria para mudar os procedimentos de demarcação das terras indígenas.

O fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) é outro ponto levantado pela carta que, como descreve a Abip, contribui para o reconhecimento dos territórios e para coibir o avanço das forças opressoras sobre as terras indígenas. Nesse sentido, solicitam a efetivação do Conselho Nacional de Política Indigenista, instância deliberativa, normativa e articuladora de todas essas políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de governo. Também requerem que o governo impulse a efetivação do trecho constitucional que assegura os direitos indígenas com a aprovação do Novo Estatuto dos Povos Indígenas, documento que deverá nortear todas as políticas e ações da política indigenista.

Os indígenas também querem garantia de participação no Conselho Nacional de incentivo à cultura e a criação de uma instância específica, com equipe técnica e orçamento próprio, para atender às demandas da diversidade e promoção das culturas indígenas. Para isso, solicitam que sejam disponibilizados pelo Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária recursos necessários à implementação dessas políticas. Além disso, lutam pelo fim da criminalização, do assassinato e da prisão arbitrária de lideranças indígenas que lutam por seus direitos, de forma que o poder judiciário e a polícia federal sejam orientados a respeitar as reivindicações das lideranças indígenas.

A carta também exige a aplicação da Convenção 169 em todos os assuntos de interesse dos povos indígenas, destacando que é fundamental restituir a autonomia e o exercício dos mecanismos próprios de deliberação, além de fortalecidas as suas organizações e instâncias representativas. Também advoga em favor da implementação efetiva do Subsistema de Saúde Indígena, aliado à valorização dos conhecimentos e saberes da medicina tradicional indígena.

A Abip também reivindica a garantia de acesso de todos os indígenas à educação de qualidade, próximas às terras indígenas e conforme a necessidade de cada povo, respeitando o projeto político-pedagógico próprio e currículo diferenciado conforme a tradição e cultura desses povos, de acordo com a resolução 03 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, que o Ministério da Educação (MEC) crie junto aos Estados escolas técnicas profissionalizantes e amplie o ensino médio e programas específicos de graduação para os povos indígenas, assegurando a integração do ensino científico e dos conhecimentos tradicionais; a realização de concurso público específico e diferenciado para os professores indígenas e que haja avanço para os indígenas no sistema de cotas, ainda limitado.



Internacional – Primeira Conferência Mundial dos Povos Indígenas começa nesta segunda-feira (22)

SÍTIO PORTAL BRAGANÇA, 20.09.2014

(ONU) - Nos dias 22 e 23 de setembro, a sede das Nações Unidas, em Nova York, será palco da Primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, um dos eventos especiais de alto nível que fazem parte da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Na ocasião, mais de mil delegados indígenas e não indígenas terão a oportunidade de compartilhar suas perspectivas para a realização dos direitos dos povos indígenas, incluindo a continuação dos objetivos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A Conferência Mundial deve resultar em um documento conciso, orientado para a ação, sobre a implementação dos direitos dos Povos Indígenas e a promoção dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e deve ser preparado pelo presidente da Assembleia Geral com base em uma consulta aberta e inclusiva com os Países-membros e os povos indígenas.

Confira a programação da Conferência Mundial dos Povos Indígenas:

Segunda-feira – 22 de setembro

09h às 13h – Plenária de Abertura

15h às 18h – Mesa Redonda 1: Ações do Sistema das Nações Unidas para implementar os direitos dos povos indígenas

15h às 18h – Mesa Redonda 2: A implementação dos direitos dos povos indígenas a nível nacional e local

Terça-feira – 23 de setembro

15h às 17h – Mesa Redonda 3: Sobre recursos, territórios e terras dos povos indígenas

15h às 17h – Painel de Discussão: Prioridades dos povos indígenas para a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015

17h às 18h – Plenária de encerramento

A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Pouco progresso foi feito no avanço dos direitos dos povos indígenas internacionalmente até a década de 1980, quando o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas foi criado em Genebra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais.
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

Indígenas e Tribais, abrindo caminho para que os povos indígenas mobilizassem os governos e a comunidade internacional para implementar seus direitos.

Em 1994, foi lançada a Primeira Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, seguida por uma segunda Década, que terá fim em dezembro deste ano. Durante essas duas décadas, a ONU e os povos indígenas conquistaram vários progressos significativos, como a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de setembro de 2007.

A Declaração estabelece normas mínimas para a sobrevivência, a dignidade e o bem-estar dos povos indígenas do mundo. Ela também foi aclamada como um marco no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e um triunfo para a justiça e a dignidade humana.

Os povos indígenas do mundo

Os povos indígenas representam uma diversidade notável: são mais de 5 mil grupos distintos em cerca de 90 países, o que equivale a mais de 5% da população mundial ou cerca de 370 milhões de pessoas.

Atualmente, vários povos indígenas lutam para permanecer em suas terras e manter os direitos aos seus recursos naturais. Infelizmente, outros não conseguiram permanecer e foram removidos de suas terras. Além disso, tiveram que renunciar sua cultura e costumes tradicionais, e passaram a sobreviver com poucos recursos.

Todos os detalhes, incluindo a agenda completa, documentos e demais informações, estão no seguinte site wcip2014.org



Constituição é marco temporal para análise de casos de ocupação indígena

SÍTIO CONJUR, 20.09.2014

Foi estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal a data da promulgação da Constituição Federal como marco temporal para análise de casos envolvendo ocupação indígena. Por maioria de votos, a Segunda Turma do STF deu provimento ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29.087, reconhecendo não haver posse indígena em relação a uma fazenda em Mato Grosso do Sul que havia sido declarada, pela União, como área de posse permanente da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká

A Turma aplicou na última terça-feira (16/9) o entendimento firmado pelo Plenário do STF no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (PET 3388) e decidiu reformar acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu Mandado de Segurança com o qual o proprietário da fazenda buscava invalidar a declaração da área como terra indígena.

O julgamento do recurso foi concluído com o voto do ministro Celso de Mello (foto), que se alinhou à divergência aberta em sessões anteriores no sentido de manter o precedente do STF no julgamento da PET 3.388, que tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Segundo o ministro, "a proteção constitucional estende-se às terras ocupadas pelos índios considerando-se, para efeitos dessa ocupação, a data em que foi promulgada a vigente Constituição. Vale dizer, terras por eles já ocupadas há algum tempo, desde que existente a posse indígena".

O relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guyraroká, disse o ministro, indicou que a população indígena guarani-kaiowá residiu na área, objeto de disputa, até o início da década de 1940. Deste modo, "há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na área, portanto não há que se discutir o tema da posse indígena", afirmou o ministro Celso de Mello.

O ministro considerou ainda que o Plenário do STF, no julgamento da PET 3.388, estipulou uma série de fundamentos e salvaguardas institucionais relativos às demarcações de terras indígenas. "Trata-se de orientações que não são apenas direcionadas àquele caso, mas a todos os processos sobre o mesmo tema", consignou.

O decano concluiu afirmando que se há necessidade comprovada de terras para acolher a população indígena, "impõe-se que a União, valendo-se da competência constitucional de que dispõe, formule uma declaração expropriatória".

O relator do RMS, ministro Ricardo Lewandowski, votou em junho, pelo desprovimento do recurso, por entender que o Mandado de Segurança não é o instrumento judicial adequado

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

para discutir questão de tal complexidade. O ministro Gilmar Mendes abriu divergência e deu provimento ao recurso interposto pelo proprietário rural. A ministra Carmén Lúcia, em sessão em setembro, seguiu a divergência aberta pelo ministro. A Segunda Turma decidiu suspender o julgamento para aguardar voto do ministro Celso de Mello, e o ministro Teori Zavascki se declarou impedido. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.



Demarcação de terras indígenas não é desapropriação indireta

SÍTIO REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 20.09.2014

Ao entender que demarcação de terras indígenas não é desapropriação indireta, a Seção Judiciária de Barra do Garças, em Mato Grosso, reconheceu que a ocupação de área pública pertencente à União não configura posse, mas mera detenção, sem possibilidade de conferir as garantias inerentes à posse como indenizações ou direito à retenção.

A Seção negou o pagamento de indenização pela desapropriação de propriedade de 3.870 hectares, localizada no município de Querência/MT para demarcação das terras do povo indígena Wawi.

O ex-proprietário ajuizou ação contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União, alegando que teria direito a indenização por ter parte de suas terras desapropriadas para ocupação, devendo o valor ser apurado em perícia.

As Procuradorias Federal e da União no Estado do Mato Grosso (PF/MT e PU/MT) e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação (PFE/Funai), no entanto, destacaram que conforme previsto no artigo 1º do Decreto 20.910/32, a demarcação não poderia ser tratada como desapropriação indireta.

Os advogados da União ressaltaram que o imóvel do autor é bem público integrante de seu patrimônio imobiliário, não sendo passível de apossamento por particular, tampouco poderia gerar direito à indenização.

A Justiça confirmou os argumentos da Advocacia-Geral da União, segundo os quais a Constituição vigente à época já garantia a defesa das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Com informações da Assessoria de Imprensa da AGU.



Território etnoeducacional é formalizado em Pernambuco

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.09.2014

Censo Escolar de 2013 contabilizou 12.894 estudantes indígenas matriculados em 131 escolas da educação básica no estado

Os 18 povos indígenas de Pernambuco formalizam, nessa sexta-feira (19), a criação do Território Etnoeducacional de Pernambuco, que é o 25º território indígena constituído no País desde 2009. O território é um instrumento de gestão da educação escolar indígena, dirigido por um colegiado.

A população indígena de Pernambuco, segundo o censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 60.995 indivíduos, sendo que 31.836 vivem em terras indígenas e 29.159 em áreas não demarcadas.

O censo escolar de 2013, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), contabilizou 12.894 estudantes indígenas matriculados em 131 escolas da educação básica no estado e 797 professores autodeclarados indígenas.

Dados populacionais

O Território Etnoeducacional de Pernambuco reúne desde a maior população indígena do estado, formada pelos xucurus, que somam 12.009 pessoas, aos tremembés e turivaras, que têm apenas um representante em cada etnia.

Constituem o território os povos pancararu, com 6.959 indivíduos, trucá (6.044), aticum (4.631), fulniô (4.232), capinauá (3.283), cambiuá (2.911), pancarará (2.558), pipipã (1.195). Os outros povos desta organização têm menos de 500 indivíduos: tuxás, pancaiuacás, caapores, tumbalalás, araras, pancararés, pancurus.

Colegiado

A condução das atividades em cada território etnoeducacional é feita por um colegiado composto por representantes dos indígenas nele organizados, sendo um por etnia; por profissionais das secretarias de educação dos estados e municípios da área, de universidades e institutos federais públicos, da Fundação Nacional do Índio (Funai), organizações não governamentais com atuação na área e do Ministério da Educação.

No colegiado, que tem atribuições consultivas e deliberativas, os povos indígenas dizem às instâncias governamentais que tipo de educação querem.

Diretrizes

CONT.



Conforme o Decreto nº 6.861/2009, que define a educação escolar indígena e cria a figura do território etnoeducacional no País, os objetivos dessa forma de organização são:

- Valorizar a cultura dos povos, afirmar e manter a diversidade;
- Fortalecer as práticas socioculturais e as línguas maternas;
- Formular e manter programas de formação de pessoal especializado para a educação indígena;
- Desenvolver currículos e programas específicos;
- Elaborar material didático específico e diferenciado e afirmar as identidades étnicas.

Territórios

De 2009 ao início de 2014, foram pactuados 24 territórios etnoeducacionais indígenas em 11 estados brasileiros. O desenho dos territórios atende diversos formatos de organização das etnias.

Existem territórios organizados em um estado, vários territórios no mesmo estado, e outros por grupos de estados. No Amazonas, por exemplo, foram constituídos seis territórios únicos e um território – ianomâmi e iecuana - que une indígenas do Amazonas e Roraima. Já o território do Vale do Araguaia reúne povos de Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará.

Distribuição

As comunidades etnoeducacionais estão no Amazonas nos territórios do Rio Negro, Baixo Amazonas, Juruá-Purus, Médio Solimões, Alto Solimões, Vale do Javari. Confira abaixo as demais:

- Em Rondônia, Tupi Tupari, Tupi Mondé, Tupi Txapacura e Ijhcatu;
- No Pará, Ixamná, Tapajós e Araiuns e Médio Xingu;
- Mato Grosso do Sul, territórios do Conesul e Povos do Pantanal;
- Mato Grosso, Aue Uptabi Xavante e Xingu;
- Ibi Iara, na Bahia;
- Cinta Larga, em Mato Grosso e Rondônia;
- Picacuatíhere Pataxó, no Pará e Mato Grosso;
- Vale do Araguaia, em Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará;
- Timbira, em Mato Grosso e Tocantins;
- Ianomâmi e Iecuana, no Amazonas e Roraima;
- Potirô, no Ceará e Piauí.

Três territórios estão em processo de implantação: Nambiquara (MT), Oiapoque (AP, Tenetearas, Uaiui, Zemu'E hau – Tembê e Caapor (BA); e outros 13 territórios estão na fase de consulta.

Fonte:
Ministério da Educação



Curta-metragem Jogos Indígenas é exibido em Festival

SÍTIO VERMELHO, 21.09.2014

O curta-metragem colorido de 24 minutos, intitulado Jogos Indígenas, foi exibido na capital federal. Trata-se de um documentário de produção independente, de autoria dos cineastas Thiago Frade e Alexandre Magno, que é um dos 16 filmes (três longas e 13 curtas) apresentados na última semana, durante a 47ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. O filme foi exibido na quinta-feira (18), no Cine Brasília, com entrada franca.

Francisco Medeiros

identidade étnica. Além de passar uma visão sobre a prática esportiva, durante a realização dos Jogos Indígenas – iniciativa do Comitê Intertribal patrocinada pelo Ministério do Esporte –, o filme retrata a diversidade dos descendentes dos primeiros habitantes do Brasil e a emoção de ver e participar desse encontro em um mergulho cultural e antropológico.

No documentário, foram captadas imagens das três últimas edições do evento, que acontece de dois em dois anos. Elas foram realizadas em Paragominas/PA (2009), Porto Nacional/TO (2011) e Cuiabá/MT(2013). “Os Jogos Indígenas são uma excelente oportunidade de ilustrar os valores indígenas por meio do esporte tradicional. O evento é reconhecido no mundo inteiro como um novo modelo de Olimpíadas, a Olimpíada Verde”, afirma o diretor do Comitê Intertribal, Marcos Terena.

Histórico

“Realizados desde 2003, os Jogos dos Povos Indígenas são conhecidos como o maior evento intertribal das Américas”, informa o assessor de Políticas Esportivas Indígenas do Ministério do Esporte, Rivelino Macuxí. Com duração de oito dias, o evento tem caráter esportivo e cultural. Reúne demonstração de diversos esportes tradicionais, pelas delegações participantes. São eles: ako, corrida de tora, jamparti, jawari, kargot, kaipy, katukaywa, ronkra, tihimore, xikunahaty e zarabatana.

Os indígenas vêm acompanhados por familiares responsáveis pela apresentação dessas manifestações. Enquanto isso, os guerreiros-atletas ficam focados nas provas de canoagem, arco e flecha, cabo de força, arremesso de lança, corrida de 100 metros, corrida de fundo, corrida de tora, natação/travessia e futebol masculino e feminino.

Em vez da disputa pelo primeiro lugar, como ocorre nos esportes tradicionais, as modalidades indígenas têm um formato de celebração. Não há prêmio para a equipe vencedora, e não existe juiz aos moldes dos esportes ocidentais, sendo apenas munido de normas indígenas para intermediar as “partidas”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

Ao longo das 12 edições nacionais, exposições de artesanato e fotografias, feiras e fóruns com rodadas de debates sobre a causa indígena fizeram do evento um referencial de intercâmbio cultural e de troca de experiências.

Assista ao trailer do filme abaixo:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Yd8eIBr4Rpw



Índios relatam perseguição na ditadura e pedem indenização ao governo

SÍTIO SURGIU, 21.09.2014

O caso de 15 indígenas da etnia suruí que teriam sido explorados por militares na busca a guerrilheiros do Araguaia

A Comissão de Anistia julgará na próxima sexta-feira o pedido de indenização de quinze indígenas da etnia suruí, do Pará, que relatam terem sido vítimas da ditadura. Os índios contam que foram usados pelos militares durante a Guerrilha do Araguaia, onde o Exército enfrentou guerrilheiros do PCdoB, entre 1972 a 1975, no sul do Pará. Eles foram usados pelas tropas como guias nas matas, para se chegar ao paradeiro dos guerrilheiros, mas afirmam que eram obrigados a esse trabalho e que sofreram maus tratos, tortura e ficavam sem comida e água, além de impedidos de dormir.

“Em sua ingenuidade, foram obrigados a trabalhar para as tropas, abandonando suas famílias, suas roças, a caça, sua cultura e seu modo de vida, Além de trabalharem por mais de dois anos para os militares, tiveram sua cultura totalmente desrespeitada, foram proibidos de gerar filhos, pois foram ameaçados de, em caso de crianças provocarem barulhos, seriam enterradas vivas. Andavam o dia todo com muito peso nas costas e à noite eram impedidos de dormir, isto é, podiam dormir desde que sentados para vigiar o acampamento dos soldados. Eram constantemente maltratados e humilhados com gritos e empurrões, comiam apenas uma vez por dia e à noite, por não poderem fazer fogo, se alimentavam de jabá cru com farinha. Muitas vezes ficavam sem mantimentos esperando que fossem jogados pelos helicópteros”, relata o grupo de índios no pedido protocolado na Comissão de Anistia.

A aldeia dos suruí se mantém até hoje na terra indígena Sororó, em São Domingos do Araguaia. No pedido à comissão, os indígenas, alguns deles ainda analfabetos, equiparam às condições as quais eram submetidos às de escravos.

“As ações militares foram criminosas quando exploraram incapazes como escravos e quase destruíram sua cultura e a perpetuação da etnia. Como se expressam mal, transmitem muito menos do que realmente foi seu sofrimento”, argumentam seus advogados, no pedido à comissão.

Relatos desses índios ao Ministério Público do Pará, em maio de 2013, foram anexados aos processos:

“Aí chegaram os militares. Ficamos lá na aldeia uma hora dessa assim. Era de manhã. Escutamos aquela zoada de helicóptero. Dois deles. Ficamos sentados. Todo índio gosta de esquentar de manhã. Aí assuntemos aquela zoada tê tê tê. E avião ainda por cima. Minha irmã quase desmaiando, ela ficou tremendo”, relatou Waimera Suruí. “Nós éramos alimentados com

CONT.



mão cheia de farinha uma vez por dia e ameaçados o tempo inteiro com armas”, contou à Procuradoria Tawé Suruí.

Os indígenas contam que os guerrilheiros eram apresentados a eles pelos militares como bandidos. “Era ameaça o tempo inteiro, com armas apontadas. Fomos enganados”, relata Umassu Suruí.

“O pessoal do Exército começou a judiar, me deram tanta coronhada de espingarda na minha costela, em todo lado. E eu não queria andar com eles, mas diziam que eu era obrigado porque era índio”, afirmou Egídio Tibacu Suruí.

Os índios pedem indenização mensal à Comissão de Anistia, além de valores retroativos. Eles argumentam que suas atividades de subsistência eram uma atividade laboral. Assim, tiveram seus trabalhos interrompidos e, por isso, querem receber uma prestação mensal, além de contagem do tempo de perseguição para efeitos de aposentadoria.

O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, afirmou que hoje a maior acúmulo de informações para julgar eventuais perseguições a camponeses e indígenas que foram explorados pelos militares no Araguaia e que são processos bem diferentes dos perseguidos políticos urbanos.

— Minha avaliação é a de que se trata de um caso difícil, no qual temos que levar em conta meios de prova distintos dos usuais perseguidos nos centros urbanos, valorizando-se a história oral e a diversidade de meios repressivos que a ditadura implementou no campo e nas regiões de florestas. É chegada a hora de reconhecermos a história do Brasil desses lugares percebendo o protagonismo de todo o povo brasileiro como um povo vitimado e resistente com a ditadura militar — disse Paulo Abrão.

Até hoje, apenas um indígena, Tiuré Potiguara, foi anistiado e recebeu indenização do governo. Ele foi perseguido, preso e torturado e lutou pelos direitos indígenas. Sua anistia foi aprovada em 2013. O caso dos suruí está sendo analisado também pela Comissão Nacional da Verdade.



De étnica

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 21.09.2014

Genebra, junho de 2006. Com cinco abstenções e os votos contra do Canadá e Rússia, a ONU instituiu a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, com a chancela favorável da diplomacia brasileira a mando do presidente Lula da Silva. Por esse documento toda área homologada para índios, no Brasil, é nação soberana e com direito a assento na Assembleia Geral da ONU.

Lula fez o jogo das grandes nações capitaneadas pelos Estados Unidos. Algum tempo antes, quando Fernando Collor presidia o Brasil, Washington o botou de joelhos juntamente com seu colega venezuelano Carlos Andrés Pérez e os obrigou e os humilhou impondo a criação da binacional terra indígena Yanomami, que do lado brasileiro tem 9,6 milhões de hectares, e da banda da Venezuela 8,2 milhões, num território que tem a maior reserva de nióbio do mundo, além de outros minerais estratégicos, etc.

O Brasil com a Amazônia sob a permanente ameaça internacional disfarçada de defesa da causa indígena - situação em processo de torniquete longe das grandes cidades e fora do noticiário nacional - é o mesmo país que muitos querem manter nas mãos de Dilma e outros entregarem pra Marina.

Desde a posse de Sarney na Presidência os generais das três Armas adotam a postura do avestruz. Não sei se isso é mea culpa por supostos erros que a esquerda lhes debita ou se é falta de liderança militar. Diante disso acontece um silencioso e irreversível desmantelamento da limitada capacidade operacional integrada para a defesa nacional.

O surgimento do pretenso califado do Estado Islâmico - por mais absurdo que alguém ache esse comparativo - poderá lançar sobre os Estados Unidos e seus aliados falsos raios da relação da nossa sociedade envolvente com as nações indígenas. Bastará uma denúncia de Raoni Metuktire ao lado de seu amigo Sting nesse sentido para que surja a analogia entre os radicais islâmicos e o Brasil.

Precisamos de um líder civil capaz de enxergar essa realidade. Que tenha autoridade moral no contexto geopolítico global para assegurar a integridade territorial de seu país, independentemente da inconsequência diplomática herdada de Lula. Ou que no pior dos cenários tal líder tenha legitimidade e determinação para criar um sistema de resistência militar na Amazônia, que desencoraje qualquer grupo de nações que queira ocupá-la.

Temo pelo Brasil não somente pela roubalheira institucionalizada pelo PT, caso ele continue no poder. Temo também pela inevitável infiltração das ONGs paridas pelos americanos e ingleses no Alvorada - caso Marina vença. Espero que o povo vote Aécio antes que nos dilacerem em nome daquilo que chamam de defesa étnica.

Eduardo Gomes é jornalista
eduardo@diariodecuiaba.com.br



Bicicultura doa 150 kg de alimentos para Associação Indigenista de Maringá
SÍTIO O DIÁRIO/MARINGÁ, 21.09.2014

Wilame Prado

Por conta das chuvas que caíram nos últimos dias, o Bicicultura - grupo de ciclistas maringaense - cancelou uma trilha leve que faria neste domingo (21). Para não ficarem parados, alguns integrantes do grupo aproveitaram para levarem, de bike, donativos para a Associação Indigenista de Maringá (Assindi).

Eles percorreram cerca de seis quilômetros de bike - saindo do Parque do Ingá e indo até a Assindi, que fica na BR-376 - levando 150 quilos de alimentos arrecadados para campanhas de caridade.

A Assindi reúne indígenas artesãos originários das aldeias da região centro-norte do Paraná e aqueles que foram aprovados no vestibular indígena, matriculados na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Uma das missões da associação é propiciar melhor qualidade de vida para as comunidades indígenas através de elaboração de projetos, convênios e parcerias com instituições públicas e particulares municipais, estaduais, federais e internacionais.

Mais informações da Assindi, no site: www.assindi.org.br. E sobre a Bicicultura, na página do Facebook.



Alcântara sedia evento sobre saúde em quilombolas

SÍTIO SISTEMA DIFUSORA, 21.09.2014

Será definido nesta semana as novas estratégias e ações para avançar na implantação das políticas nacionais de saúde integral da população negra e do campo, da floresta e das águas às comunidades remanescentes de quilombos na região Nordeste. O evento terá entrada gratuita e será realizado em Alcântara a partir de quarta-feira.

Organizado pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/DAGEP) e o Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, o seminário conta com a parceria da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Conaq, Conasems e Prefeitura de Alcântara. Após a abertura acontecerá às 15h a apresentação das metodologias, objetivos, metas e dinâmicas de participação do seminário.

A apresentação técnica dos trabalhos será feita pelos representantes do Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da Saúde (DAGEP), Déo Costa, e Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (DDAHV), Damiana Neto, e pela representante da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), Maria Moro. Logo após, das 15h30 às 16h45, será debatido o tema controle social e as políticas de promoção da equidade.



Comunidade do Jardim Anache vence 9º Jogos Indígenas de Campo Grande

SÍTIO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 22.09.2014

Somando 61 pontos, a Comunidade Indígena do Jardim Anache ganhou o primeiro lugar da 9ª edição dos Jogos Urbanos indígenas de Campo Grande, realizado neste domingo (21) no Parque Ayrton Senna. Cerca de 600 pessoas participaram e prestigiaram os jogos que envolveram seis etnias e 21 comunidades em seis modalidades. A equipe do bairro Monte Castelo conquistou o segundo lugar e do bairro Santa Mônica o terceiro. Veja abaixo, os resultados por modalidades.

O líder das comunidades indígenas de Campo Grande, Adierson Venâncio Mota, parabenizou os participantes e afirmou que os jogos trouxeram muitas alegrias. "Os jogos são uma forma de integração das comunidades, resgate da cultura para os mais novos e a preservação do idioma", diz o cacique, que colaborou com a Funesp na organização dos Jogos.

Participaram do evento as etnias terena, guató, kinikinau, guarani-kaiwá, kadiwéu e duas vindas de Mato Grosso: Xavante e bororó. As comunidades urbanas participantes são: Feira Indígena, Indubrasil, Água Bonita, Tarsila do Amaral, Jardim Anache, Darcy Ribeiro, São Conrado, Núcleo Terena, Jardim Aeroporto, São Jorge da Lagoa, Tiradentes, Dalva de Oliveira, Estrela do Amanhã, Santa Mônica, Acadêmicos Indígenas, Comunidade indígena Cachoeirinha e Monte Castelo.

Na abertura

O presidente da Funesp, José Eduardo Amancio da Mota, disse que o evento é uma interação entre as comunidades e quer envolver mais modalidades para o próximo ano. "O esporte tem esta função de unir e integrar os povos, assim buscamos envolver mais e mais modalidades, e junto com a Secretaria de Cultura integrar um concurso de beleza indígena".

Juliana Zorzo, presidente da Fundação Municipal de Cultura (Fundac), em nome do prefeito Gilmar Olarte, declarou aberto os jogos e cada time já se direcionou para seu devido local de competição.

Os jogos foram uma realização da Prefeitura de Campo Grande, por meio da Fundação Municipal de Esporte.

Clique aqui

(<http://www.prefeituradecampogrande.com.br/egov/imagemCanaais/Resultados.pdf>)

e confira os resultados por modalidades e equipes.



Mais de 20 comunidades indígenas de 6 etnias se reúnem para jogos na Capital
SÍTIO DOURADOS INFORMA, 22.09.2014

Neste domingo, 21 de setembro, mais de 21 comunidades urbanas em Campo Grande se reuniram para participar da 9ª Edição dos Jogos Urbanos Indígenas, no Parque Ayrton Senna. As competições atingem seis modalidades e unem seis etnias.

O líder das comunidades indígenas de Campo Grande, Cacique Adierson Venâncio Mota, parabenizou os participantes e afirmou que os jogos trouxeram muitas alegrias. "Esse é nono ano. Esse tipo de evento é importante, pois é uma forma de integração das comunidades, resgate da cultura para os mais novos e a preservação do idioma", diz o cacique. O jovem Josenildo Antonio de 22 anos mora na aldeia Argola, localizada em Miranda, município a 203 quilômetros da Capital.

Segundo ele o evento é um incentivo a nova geração. "Saímos de madrugada de lá, tudo para participar. Esse é a segunda vez que estamos aqui representando o time Feira Indígena e é muito importante para a gente poder mostrar nossa cultura a todos", disse o jovem. De acordo com o secretário da Funesp, o foco para o ano que vem é reunir mais modalidades. "Além da integração entre essas 21 comunidades urbanas de 4 ou 5 etnias, esperamos envolver mais modalidades o ano que vem".

Antes do início dos jogos, os presentes cantaram o Hino Nacional, e em seguida assistiram o ato simbólico de acendimento da Pira Olímpica que foi realizada por uma jovem indígena da etnia kadiwéu. Assim que Juliana Zorzo, presidente da Fundação Municipal de Cultura (Fundac), em nome do Prefeito Gilmar Olarte, declarou aberto os jogos, cada time já se direcionou para seu devido local de competição.

Rapidamente, o vice-cacique da aldeia Santa Mônica, Arcenil Francisco, se reuniu com seu time próximo ao campo para o aquecimento. "Nossa aldeia veio de Aquidauana e agora aqui em Campo Grande, nós sempre participamos dos jogos. É muito importante essa união de comunidades", diz o vice-cacique. As modalidades são: Atletismo, voleibol, futebol society, arco e fecha, lança e cabo de guerra.

No evento estão participando as etnias terena, guató, kinikinau, guarani-kaiwá, kadiwéu e duas vindas de Mato Grosso: Xavante e bororó. As comunidades urbanas participantes são: Feira Indígena, Indubrasil, Água Bonita, Tarsila do Amaral, Jardim Anache, Darcy Ribeiro, São Conrado, Núcleo Terena, Jardim Aeroporto, São Jorge da Lagoa, Tiradentes, Dalva de Oliveira, Estrela do Amanhã, Santa Mônica, Acadêmicos Indígenas, Comunidade indígena Cachoeirinha e Monte Castelo.



Prefeito Carlos Amastha participa da Primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 22.09.2014

O prefeito Carlos Amastha e o secretário Municipal Extraordinário dos Jogos Indígenas (Seji), Hector Valente Franco estão participando da Primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, que acontece nesta segunda, 22, e terça, 23, na sede das Nações Unidas, em Nova York. O evento faz parte da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU e na oportunidade o prefeito e o secretário irão divulgar Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerão em Palmas no próximo ano.

Para o prefeito Amastha, os Jogos Mundiais serão, sem dúvida, um dos eventos mais importantes que acontecerão na cidade e para isto é importante sua divulgação, junto a todos envolvidos, assim como internacionalmente. "Esta é a oportunidade que a gente tem para que o mundo nos conheça e como prometemos estamos envolvendo todos os organismos internacionais, ONU, Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial para a realização dos Jogos", disse Amastha.

Como o evento é repercussão internacional a Conferência é ideal para a divulgação do evento, que reunirá na Capital 22 etnias, 30 países e dois mil atletas, com acomodações e instalações para o evento, a cidade contará com aldeia para alojamento das etnias brasileiras, oca digital, praça de alimentação com comidas típicas, refeitório, museu do índio e feira de artesanato, além de instalações esportivas, como campo de beisebol, raia olímpica e arena.

Conferência

Em Nova York, mais de mil delegados indígenas e não indígenas terão a oportunidade de compartilhar suas perspectivas para a realização dos direitos dos povos indígenas, incluindo a continuação dos objetivos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A Conferência Mundial deve resultar em um documento conciso, orientado para a ação, sobre a implementação dos direitos dos Povos Indígenas e a promoção dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e deve ser preparado pelo presidente da Assembleia Geral com base em uma consulta aberta e inclusiva com os Países-membros e os povos indígenas. (Com informações site <http://www.onu.org.br>)

Fonte: Prefeitura de Palmas



O primeiro povo indígena anistiado

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 22.09.2014

Por mais que haja reparação, nunca sairão da memória dos Aikewara as cenas de terror presenciadas na repressão à guerrilha do Araguaia

Nós, Aikewara, povo tupi-guarani conhecido como "Suruí do Pará", escrevemos este artigo para que todos saibam por que na sexta-feira, 19 de setembro, nós nos tornamos o primeiro grupo de indígenas considerado anistiado político e por que esse dia é histórico para nós e para os povos indígenas deste país.

Esperamos 40 anos para que o Estado brasileiro reconhecesse a violência sofrida por nós, dentro e fora de casa, sem saber o porquê da presença daqueles homens fardados na aldeia para "caçar" pessoas --pergunta que eles próprios, nossos pais e avós, se faziam: por que os "marehai" (forma como chamamos os militares na nossa língua) estavam matando aquelas pessoas no Araguaia?

Durante três anos, de 1971 a 1973, os Aikewara viveram assustados quando ouviam qualquer barulho de carro ou avião. Logo pensavam que seriam mortos. Muitos tinham insônia, não conseguiam dormir tranquilos porque o tempo todo eram ameaçados por soldados do Exército brasileiro.

As mulheres ficavam apavoradas ao ouvir a tradução de quem sabia falar um pouquinho de português, de que os soldados estavam ordenando que as crianças se calassem e, que se fizessem qualquer barulho, eles matariam todos. E todos os homens adultos da aldeia foram levados para servir de guias para os "marehai" na mata --que conhecemos bem porque é a nossa terra.

Sem comer direito, andando por dias e dias, obrigados a levar cargas pesadas nas costas, aos empurrões, gritos e ameaças, dormindo ao relento na mata e adoecendo.

Por mais que seja feita uma reparação, nunca sairão da memória do povo Aikewara as cenas de terror e tortura que todos na aldeia presenciaram e sofreram no período da repressão à guerrilha do Araguaia, sendo prisioneiros em suas próprias casas, mantidos em cárcere privado, sem direito de buscar o seu próprio alimento. Crianças, idosos e mulheres passavam fome porque lhes fora tirado o direito de ir e vir em nossa própria terra.

Por muitos e muitos anos ouvimos essa história contada pelos nossos avós desde que éramos pequenos. Hoje somos pais e alguns já são avôs ou avós. Agora entendemos por que eles nos contavam e por que temos que continuar contando por meio de narrativas, maneira como são repassados os ensinamentos, as histórias do povo Aikewara para nossos filhos e netos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

Em meio a tantas lindas histórias que aprendemos ouvindo para poder repassar adiante de geração em geração --para que nunca acabem--, não era dessa maneira que nós gostaríamos de fazer parte da história do nosso país.

É triste saber que para viver na democracia foi preciso lutar e perder tantas vidas. Para ter liberdade foram perdidas vidas de verdadeiros heróis que não podem jamais ser esquecidos --e cujas lutas foram interrompidas com violência e mortes. Graças a essas corajosas pessoas é que podemos nos manifestar para fazer valer nossos direitos à saúde, à educação, à moradia e ao transporte de qualidade, garantidos na Constituição Federal.

Agora reconhecidos como anistiados políticos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, ainda esperamos a principal reparação que existe, e que é coletiva: a regularização e desintrusão da terra indígena Tuwa Apekuokawera, parte do nosso território, excluída há 40 anos. É só com a devolução e proteção do nosso território que poderemos voltar a viver mais tranquilamente depois de tudo o que nossos pais e avós sofreram.

YWYNUHU SURUÍ, 30, é integrante do povo Aikewara e diretor da Escola Indígena Moroneikó, na Terra Indígena Sororó, sudeste do Pará

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br - www.folha.com/tendencias



Indígenas Aikewara na Comissão da Anistia: Perdão e reparação

SÍTIO CIMI, 22.09.2014

Uma tarde de calor em Brasília. No Ministério da Justiça mais uma sessão ordinária da Comissão da Anistia.

Apreensão e muita expectativa. Um momento histórico nesse dia 19 de setembro. Pela primeira vez serão julgados processos de anistia solicitados por um povo indígena.

Depois de quatro horas, o presidente Paulo Abraão declara oficialmente: "A partir de hoje a história do Brasil tem que ser contada diferente". O Estado brasileiro reconhece sua ação de exceção-repressão contra os povos indígenas e pede oficialmente perdão por essas ações e concede reparação - 130 salários mínimos a cada um.

Dos 16 pedidos analisados, 14 foram reconhecidos pela Comissão.

Foram reconhecidos os crimes de exceção praticados pelos militares contra uma aldeia de indígenas de pouco contato, que praticamente não falavam português. Isso por três anos, de 1972 a 1975; período do combate e extermínio da Guerrilha do Araguaia.

Composta de apenas 40 adultos, a aldeia foi aterrorizada com a instalação de uma base militar bem ao lado. Os homens foram praticamente todos obrigados a participar diretamente em serviços forçados, especialmente carregar munição, alimentos e pessoas assassinadas. Uma situação de horror que traumatizou a população da aldeia.

Em seus depoimentos, os índios presentes relataram as crueldades, atrocidades e humilhações a que foram submetidos. "Os militares nos ameaçavam e intimidavam dizendo que se não participássemos das ações perderíamos a terra. Além disso nós colocavam na frente das operações para que morrêssemos primeiro", disseram.

Relatar várias situações de guerra envolvendo a aldeia foi muito difícil. Estavam visivelmente nervosos, chegando às lágrimas. Dois dos que haviam peticionado já morreram e outros não conseguem mais sair da aldeia.

Já era noite. Uma luz brilhou no fim do túnel. Uma vitória da resistência e luta dos povos originários, mas de maneira especial pela coragem do povo Aikewara. Aguentaram silenciosamente esse enorme sofrimento e trauma, com medo de repressão dos militares.

Os índios anistiados habitam a aldeia Sororró, na Terra Indígena Aikewara, localizada entre os municípios de Marabá (PA), São Geraldo do Araguaia (PA), São Domingos do Araguaia (PA) e Brejo Grande do Araguaia (PA).

Pedido de perdão e reparação

CONT.



Ao reconhecer a violação dos direitos dos índios, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abraão, pediu perdão pela ação do Estado brasileiro. "O conjunto de uma comunidade indígena também foi vítima da ditadura militar e que essa repressão, que aconteceu ao povo que vivia ao redor da região da Guerrilha do Araguaia, atingiu não apenas os camponeses, os guerrilheiros, mas também as comunidades indígenas que lá estavam", disse Abraão. "O que era apenas uma presunção, agora é certeza e a história tem que ser recontada para dizer que indígenas também foram atingidos pela repressão", disse Abraão à Agência Brasil.

Um caso emblemático

Conforme a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara, trata-se de "um caso emblemático, pois através dele abre-se uma nova perspectiva para que o Estado Brasileiro peça perdão aos povos indígenas de todo o país por todas as barbaridades que ocorreram".

Sônia continua: "Sempre se fala em dívida histórica com os povos indígenas, como algo de um passado distante. Poucos percebem que o genocídio dos povos indígenas segue se repetindo e que a construção de uma nação democrática depende de uma Justiça de Transição ampla para os povos originários dessa terra, alvos da opressão primeira, que deu origem a essa nação"

Reparação individual e coletiva

O Estado brasileiro pede perdão aos indígenas Aikewara e concede reparação com relação às atrocidades cometidas contra esse povo pelos militares, no contexto da repressão à guerrilha do Araguaia. Uma decisão ímpar.

A questão da reparação coletiva foi lembrada pelos índios, pela relatora Sueli Belatto e pelas testemunhas Sônia Guajajara, Marcelo Zelik e Iara Ferraz. Essa reparação seria o imediato reconhecimento e regularização de parte de seu território, que está sendo ocupado por fazendeiros.

A presidenta da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, prometeu que, até o início de outubro, vai entregar ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o processo acrescentando 11 mil hectares no território dos Aikewara.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

Comissão de Anistia aprova indenização para 14 indígenas explorados na Guerrilha do Araguaia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.09.2014

Suruí relataram terem sido vítimas do regime militar

Evandro Eboli – O Globo

BRASÍLIA — A Comissão de Anistia aprovou nesta sexta-feira a condição de anistiado político de 14 indígenas da etnia suruí, do Pará. Cada um terá direito a uma indenização de R\$ 86,8 mil, em prestação única. Os suruí relataram terem sido vítimas da ditadura.

Os índios contam que foram usados pelos militares durante a Guerrilha do Araguaia, onde o Exército enfrentou guerrilheiros do PCdoB, entre 1972 a 1975, no sul do Pará. Eles foram usados pelas tropas como guias nas matas, para se chegar ao paradeiro dos guerrilheiros, mas afirmam que eram obrigados a esse trabalho e que sofreram maus tratos, tortura e ficavam sem comida e água, além de impedidos de dormir.

Os índios anistiados foram: Waivera, Muruá, Tireme, Api, Massara, Warini, Marrari, Arikassu, Umassu, Taue, Egidio Tibacu, Awassi, Terriweri e Ikatu. A presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, acompanhou a sessão, que ocorreu no Ministério da Justiça.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Povos indígenas e clima serão discutidos antes da 69ª Assembleia Geral da ONU
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.09.2014

Leandra Felipe – Correspondente da Agência Brasil/EBC

A três dias da abertura da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), na próxima quarta-feira (24) em Nova York, serão realizados três eventos simultâneos sobre Povos indígenas, Clima e População. O primeiro deles, a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas começa hoje (22) com a apresentação de um relatório sobre a situação dos povos indígenas na América Latina, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Amanhã (23), os países-membros da ONU se reúnem para a Cúpula do Clima. Hoje também será realizada uma sessão da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.

A Cepal apresenta nesta segunda-feira o documento Os Povos Indígenas na América Latina. O relatório será divulgado, em entrevista coletiva, pela secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena. O documento mostra dados demográficos sobre a população indígena latino-americana, informações sobre acesso à saúde, educação e outros indicadores de desenvolvimento.

Além disso, segundo a Cepal, ele apresenta uma análise sobre as conquistas das políticas regionais para os indígenas, aponta os desafios sobre a participação política deles e o respeito aos direitos coletivos desses povos.

Simultaneamente à Conferência Mundial Indígena, a ONU promoverá hoje uma Sessão sobre População e Desenvolvimento. Todos os eventos ocorrem na sede das Nações Unidas, em Nova York. Na quarta-feira (24), começa a 69ª Assembleia Geral da ONU e, conforme a tradição mantida desde a primeira conferência em 1947, o Brasil abrirá o debate geral.

A presidenta Dilma Rousseff deve viajar esta semana para Nova York.



Povos indígenas de RR resgatam herança cultural com dança parixara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.09.2014

‘É a oração do nosso povo’, diz indígena de Roraima sobre a dança. Prática do parixara reúne elementos religiosos de culto à natureza

Do G1 RR

Trajando saias de palha, cocares coloridos com penas de aves nativas e com os rostos pintados, os povos indígenas roraimenses dançam para celebrar a tradição repassada por seus ancestrais. A dança, tradicional dos índios de Roraima, esteve presente nas comemorações da 10ª edição do Festival Intercultural, evento sediado na sexta (19) na comunidade do Canauanim, município do Cantá, região Centro-Leste de Roraima.

Uma das mais tradicionais manifestações artísticas dos povos indígenas, a dança parixara reúne elementos musicais e corporais como forma de culto à colheita e caça. A junção entre o artístico e o religioso desperta a curiosidade dos não-índios. Atualmente, os passos do parixara funcionam como representação simbólica da cultura indígena Wapichana.

“É a oração do nosso povo, trata-se de um ritual de agradecimento à natureza”, explicou a professora indígena Leilândia Cadete, sobre o parixara.

O estudante Luan Oliveira da comunidade indígena Canauanim, no município do Cantá, na região Centro-Leste de Roraima, conta que aprendeu a dançar o parixara na escola. “Aprendi com os meus professores. Essa dança é importante pois preserva a cultura e nos traz alegria, pois dançamos todos juntos”, narrou Oliveira.

Com tantas tradições e histórias para narrar as riquezas dos indígenas, o coordenador da comissão organizadora do Festival Intercultural, Fausto Magulão, comenta que o festejo ajuda a celebrar a cultura indígena e acrescenta que o Dia do Índio é pouco para celebrar as facetas da produção cultural dos índios.

“Precisamos de mais datas que valorizem e preservem a cultura dos povos indígenas”, reiterou Magulão.



Índios se unem para enfrentar os ruralistas nas urnas
SÍTIO BRASIL ECONÔMICO, 21.09.2014

A PEC 215 provocou uma mobilização entre os líderes indígenas para tentar eleger representantes nas eleições deste ano

Gilberto Nascimento
gilberto.nascimento@brasileconomico.com.br

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215, que passa o poder de fazer demarcações de terras para o Congresso Nacional, provocou uma mobilização entre os líderes indígenas para tentar eleger representantes nas eleições deste ano. Ao todo, serão 85 candidatos. PT, Psol e PDT são alguns partidos que receberam nomes ligados às diversas etnias de povos tradicionais, mas o PV se tornou o principal aliado da causa. Para atendê-los, o partido chegou a criar secretarias para assuntos indígenas em todos os diretórios estaduais. A união de diferentes grupos indígenas se formou em abril do ano passado, depois de uma série de protestos contra a PEC em Brasília. O projeto é da bancada ruralista, que faz pressão contra os pareceres antropológicos da Funai, ligada ao Executivo.

Um dos líderes indígenas que se tornou candidato para defender as reivindicações de seus povos é Kaká Werá, criado entre os guaranis no bairro de Parelheiros, extremo sul da capital paulista. Ele disputa o Senado pelo PV de São Paulo. Kaká enfrenta políticos conhecidos como o ex-governador José Serra (PSDB), o senador Eduardo Suplicy (PT) e o ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab (PSD). Além da questão da demarcação de terras, ele aponta como questões importantes o aprimoramento dos programas de educação e saúde indígena e uma alteração no Código Florestal para facilitar o manejo sustentável. Kaká destaca a importância de dar visibilidade para a questão indígena e cita como exemplo o massacre contra os kaiowá no Mato Grosso do Sul. "É uma disputa desigual. Os ruralistas têm muito mais recursos para fazer campanha".



Escola indígena, na Amazônia, intervém na sua comunidade

SÍTIO MERCADO ÉTICO, 22.09.2014

Os índios Kotiria, também conhecidos como Wanano, compreendem a escola como um bem comunitário. Lá, as decisões sobre os principais temas, como merenda, comportamento de professores, estudantes e temática das aulas, entre outros, são tratados pelas mães, pais, avós, estudantes, ex-alunos e docentes.

Entre 2011 e 2012, a pesquisadora Aline Abbonizio pôde observar a relação deste povo com a escola local. Os relatos e análises das visitas e permanências na comunidade resultaram na tese de doutorado Educação escolar indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades, defendida na Faculdade de Educação (FE) da USP.

Os Kotiria habitam a Terra Indígena Alto Rio Negro, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Foi lá que, em 2011, Aline passou três meses na maior comunidade Kotiria, do lado brasileiro, em Caruru Cachoeira, onde vivem 33 famílias, cerca de 160 pessoas. "Mais precisamente, as comunidades Kotiria estão no alto rio Uaupés, na fronteira do Brasil com a Colômbia", conta a pesquisadora. "A maioria deles vive na Colômbia, no Departamento de Vaupés". A escola do povo Kotiria é pública, municipal e indígena. À época das visitas de Aline, contava com cerca de 110 estudantes no ensino fundamental e 17 no ensino médio. Em São Gabriel quase 90% da população é indígena. Aline conta que a construção da primeira escola de Caruru Cachoeira ocorreu na década de 1960 e, como toda escolarização disponível naquela região, era gerida por religiosos católicos da ordem dos salesianos.

Em 2012, a pesquisadora esteve em São Gabriel mais duas vezes. "Na primeira, fiquei apenas na sede urbana do município e entrevistei gestores das secretarias municipal e estadual de educação, e líderes da maior associação indígena da região, a Foirn, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro", relata. No mesmo ano, retornou a Caruru Cachoeira e lá permaneceu por mais um mês, onde conheceu outras comunidades Kotiria mais ou menos próximas de Caruru.

Contrapartida

A permanência de Aline na comunidade, onde fez a coleta de informações para a pesquisa, teve como contrapartida a solicitação para que apoiasse as ações da escola, de docentes e estudantes, que foram chamadas de assessoria pedagógica. "A convivência e o trabalho junto àquela população me permitiu perceber a escola como centro de reflexão e intervenção sobre as condições de vida comunitária", descreve. "Pensar sobre o que deve ser feito para melhorar a escola está estreitamente relacionado com o que deve ser feito para melhorar a comunidade. Neste caso, os Kotiria têm uma escola que intervém diretamente sobre suas condições de vida".

CONT.



Outro aspecto importante é a alimentação escolar. A escola mantém uma roça de mandioca e, com sua produção, prepara alimentos como farinha, beiju e caxiri, uma bebida fermentada. Para tanto, conta com o apoio e os ensinamentos das mães, pais e avós. Além disso, os Kotiria estão muito interessados em conhecer outras e novas técnicas de cultivo, tanto para resolver o problema da escassez sazonal de alimentos como para obterem algum excedente de sua produção e gerar renda.

Inquietação

Graduada em História, Aline trabalhou por um bom período com educação popular, de jovens e adultos pouco escolarizados. No mestrado em Educação, pesquisou um programa municipal voltado à educação popular, o Movimento de alfabetização de jovens e adultos de São Paulo (MOVA-SP). “Nesta trajetória, inquietava-me a costumeira desconexão entre escolarização e intervenção direta sobre condições de vida, sobre a melhoria da situação das pessoas envolvidas no processo de escolarização.”

Em 2007, passou a trabalhar com o professor Elie Ghanem, da FE, seu orientador no doutorado. “Ele vinha pesquisando iniciativas que atrelavam educação não-escolar a desenvolvimento local. Me identifiquei com a temática e fui percebendo que no âmbito propriamente escolar, das escolas públicas, eram raras as iniciativas que atrelavam ao fazer educacional a intervenção direta sobre a economia local”, conta. Foi quando Aline, já no doutorado, soube de algumas escolas de São Gabriel da Cachoeira apontando, justamente, para a proximidade entre objetivos escolares, ou seja, a definição de temas de estudo, de rotinas e de práticas, com as necessidades e demandas comunitárias.

(Agência Usp)



Liberada obra de duplicação no trecho da aldeia indígena da BR-386 em Estrela
SÍTIO GRUPO INDEPENDENTE, 22.09.2014

A Fundação Nacional do Índio, Funai, autorizou o início dos trabalhos de duplicação no trecho de dois quilômetros da BR-386, onde está localizada a aldeia de Estrela. O prefeito de Estrela, Carlos Rafael Mallmann, acredita que a conclusão dos trabalhos possa ocorrer até o fim do ano. Ele também saudou o empenho de lideranças da região, que se mobilizaram pela retomada da obra.

A liberação foi alvo de inúmeras reuniões entre o Dnit e a Funai. O órgão que defende os índios chegou a afirmar que somente autorizaria as obras quando a construção de uma nova aldeia estivesse concluída. As obras estão em andamento nos fundos de onde a tribo atualmente está instalada. O orçamento da nova estrutura é de R\$ 8,5 milhões.

O trajeto é o único onde os serviços sequer iniciaram. Iniciada em novembro de 2010, a duplicação teve dois trechos liberados: o primeiro, de 7,4 quilômetros, perfaz o percurso entre as proximidades da Laticínios Bom Gosto e a antiga praça de pedágio de Fazenda Vilanova; o segundo compreende cerca de 14 quilômetros entre o pedágio e o perímetro urbano Tabaí. A extensão de aproximadamente sete quilômetros entre o fim da antiga duplicação e o Posto Laguinho está em obras. A previsão de liberação é para dezembro. EE/GL

Doutor em Antropologia, índio de MS participa hoje de conferência na ONU
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 22.09.2014



Pela segunda vez neste ano, um índio de Mato Grosso do Sul representará as etnias na ONU (Organização das Nações Unidas). O Guarani-Kaiowá Tônico Benites participa hoje (22) da Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas em Nova Iorque). Nascido na aldeia Sassoró, no município de Tacuru, a 427 quilômetros de Campo Grande, Tônico é doutor em Antropologia e membro do conselho da Aty Guasu, assembleia dos Guarani e dos Kaiowa.

Além dele, participam do evento lideranças dos povos indígenas de mais 70 países. A conferência é aberta com a apresentação de relatório da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) sobre a situação dos povos indígenas na América Latina. O documento mostra dados demográficos sobre a população indígena latino-americana, informações sobre acesso à saúde, educação e outros indicadores de desenvolvimento.

Ontem (21), Tônico visitou a sede da Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, onde se encontrou com representantes brasileiros na organização. No mesmo dia, o Kaiowá aproveitou para visitar o memorial World Trade Center, onde as torres gêmeas foram atacadas em 2001.

Ao passar por lá, Tônico posou para foto e fez questão de registrar em seu Facebook uma comparação entre a luta por justiça dos indígenas brasileiros e de familiares de vítimas do atentado as torres. "Senti que os povos americanos exigem justiça com a construção do memorial. Ao mesmo tempo lembro-me de meus parentes indígenas Guarani e Kaiowá e outros povos que sofreram atentados similares, centenas de lideranças indígenas e comunidades sofreram atentado e foram assassinados, por isso nós líderes indígenas estamos pedindo a justiça", afirmou.

Em maio deste ano, outra liderança indígena do Estado, Lindomar Terena, também esteve na sede da ONU, representando a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Ao falar sobre

CONT.



o conflito entre índios e fazendeiros, o terena destacou a morte de 20 lideranças indígenas nos últimos dez anos, além de 690 suicídios decorrentes do confinamento das famílias em pequenas áreas. Lindomar lembrou ainda as constantes tentativas de mudança na Constituição Federal, por parte de ruralistas do Estado, para extinguir os direitos indígenas já estabelecidos. O terena é nascido na aldeia Buriti, em Dois Irmãos do Buriti, a 83 quilômetros de Campo Grande.

Assembleia - Simultaneamente à Conferência Mundial Indígena, a ONU promove hoje (22) uma sessão sobre População e Desenvolvimento. Na quarta-feira (24), começa a 69ª Assembleia Geral da ONU e, conforme a tradição mantida desde a primeira conferência em 1947, o Brasil abrirá o debate geral. Segundo a Agência Brasil, a presidente Dilma Rousseff viajará esta semana para Nova Iorque.



Proteção das Terras Indígenas (TI) em 'xeque'
SÍTIO ECODEBATE, 22.09.2014

Abandonados pelo poder público e pelas entidades que deveriam garantir seus direitos, indígenas assumem as trincheiras de batalha para garantir a preservação suas terras, contra a ação de madeireiros ilegais

No final de agosto o Governo divulgou, depois de mais de três anos de silêncio, os dados da degradação florestal na Amazônia. Superficialmente conclui-se que houve uma queda geral dos índices. Mas uma análise mais apurada aponta para um fato preocupante: 30% do território degradado entre 2007 e 2013 estava localizado dentro de áreas protegidas por lei. Curioso, entretanto, é o fato de que 84% destas áreas estavam localizadas dentro de Terras Indígenas (TI).

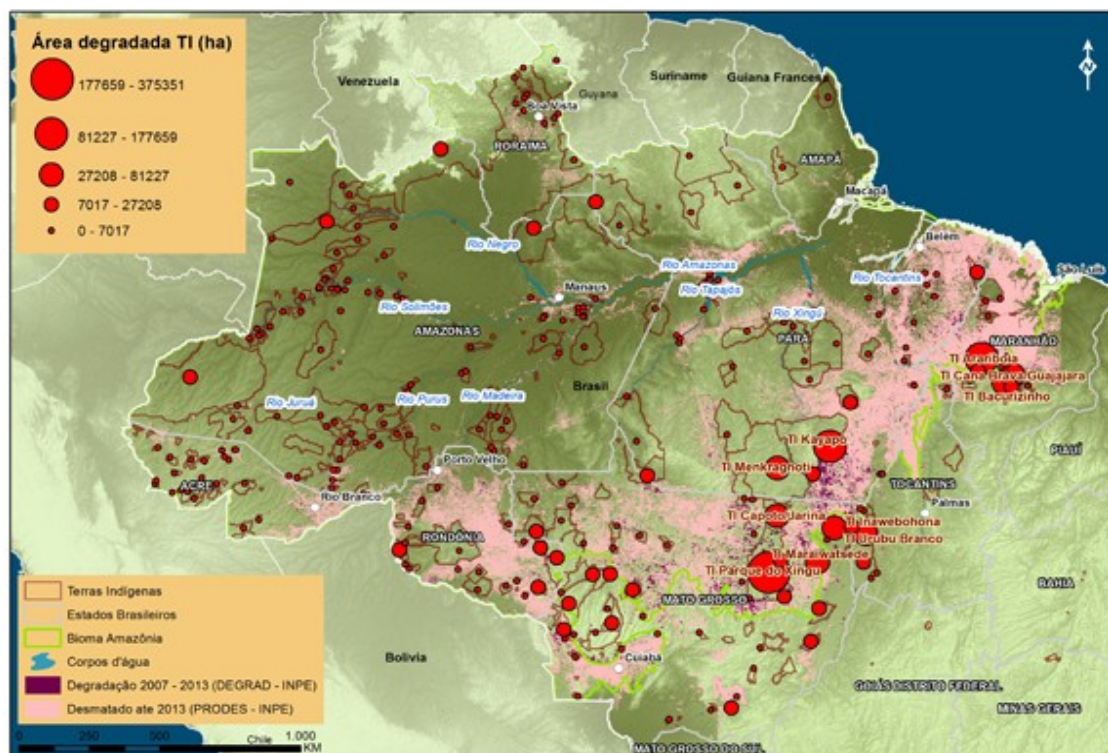
O ano passado foi especialmente ruim para os índios brasileiros, com a afirmação de políticas e direcionamentos que contribuíram ainda mais para a deterioração de seus direitos, como a interrupção de demarcações de novas TIs, o abandono dos órgãos responsáveis por resguardar seus interesses, a crescente no número de conflitos por terra, além da irrefreável pressão exercida pela exploração ilegal de madeira.

A criação de áreas protegidas, como Unidades de Conservação e TIs, é um dos mecanismos mais eficientes criados pelo governo para garantir a estabilidade florestal, como recentemente comprovado pelo World Resources Institute. Outro papel fundamental da delimitação destas regiões é proteger as populações locais.

Mas segundo o Degrad (Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira), que detecta indícios de degradação e é utilizado como suporte à fiscalização e controle deste processo, entre 2007 e 2013 quase 26% da degradação ocorreu dentro de TIs. Ou seja, neste período foram perdidos 2,630 milhões de hectares de floresta Amazônica que, em tese, deveriam ser protegidas.

Os maiores focos de degradação apontados pelo Degrad estão localizados no arco do desmatamento, principalmente nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Pará.

CONT.



Os maiores focos de degradação foram identificados ao longo do Arco do Desmatamento, principalmente nos estados do Maranhão, Pará e Mato Grosso (© Greenpeace)

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2013, das 34 pessoas assassinadas no campo, 38% eram índios. No mesmo ano, entre as 829 vítimas de violência, como tentativas de assassinato, ameaças, prisões, intimidações e outras barbáries, quase 30% eram indígenas. Além disso, de acordo com dados recentes da ONU, o número de índios detidos no Brasil cresceu 33% nos últimos anos. Infelizmente, em 2014 não será diferente, devido ao atual cenário, marcado por mais conflitos violentos relacionados à madeira.

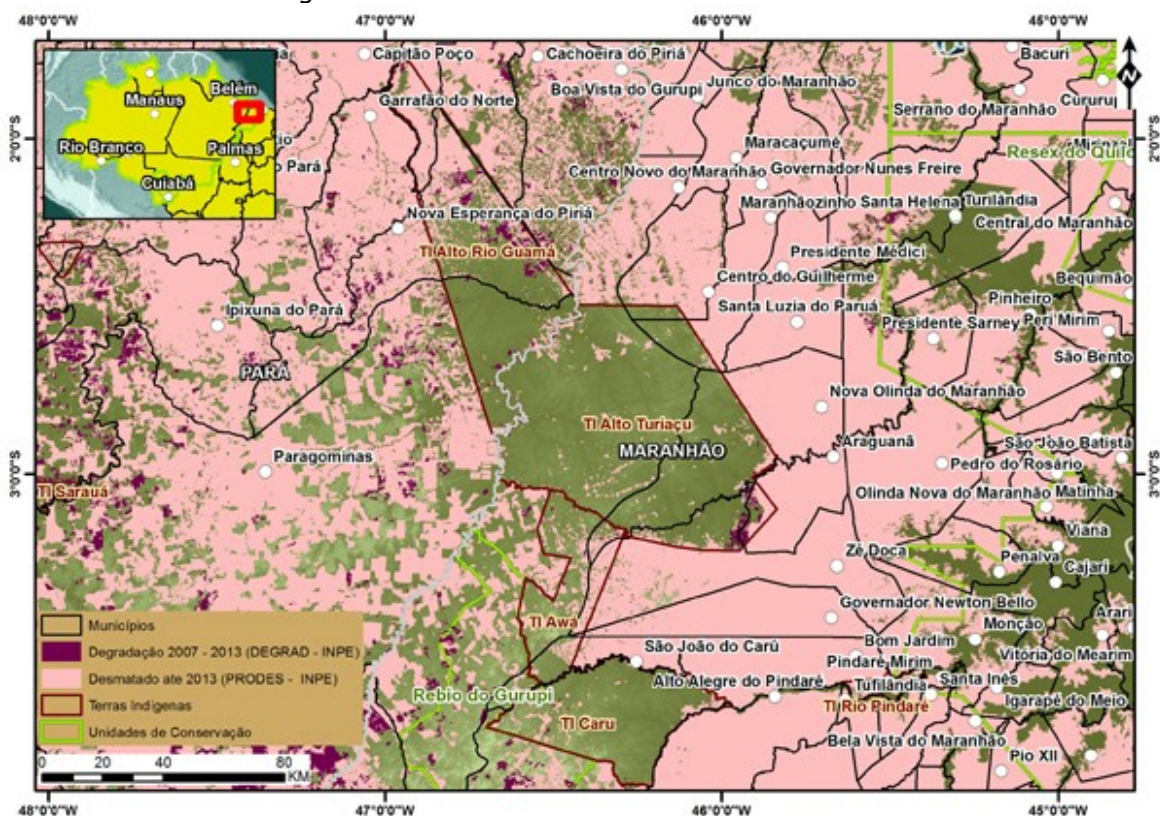
A espera de (mais) uma morte

A falta de credibilidade nas autoridades, que deveriam garantir os direitos e a segurança dos povos tradicionais, tem feito com que grupos indígenas entrem em estado de guerra na defesa de suas terras, a exemplo do que vem acontecendo com os Ka'apor da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão.

Apenas um dia após uma Audiência Pública realizada no Senado, cujo tema central foi a relação da exploração ilegal de madeira com a violência no campo, ocorreu no Maranhão uma operação organizada pelos indígenas com a finalidade de coibir ações recorrentes de madeireiros dentro de suas terras.

CONT.

A TI Alto Turiacu é o maior remanescente florestal do que um dia foi a Amazônia Maranhense. Apesar de possuir 30 anos de existência, sua população sofre com ameaças constantes. Até 2012 a TI já havia perdido 44 mil hectares (8,07% do total de sua área), colocando-a na 5ª posição entre as TIs mais desmatadas na Amazônia. Só em 2013 outros 1.113 hectares de floresta desapareceram do mapa. Em termos de degradação, os dados absolutos para o período de 2007-2013 chegou a 5.733 hectares.



Degradação total no Mosaico de áreas Protegidas no período de 2007-2013 (37995 hectares): TI Alto Rio Guamã/PA (14416 ha); TI Ka'apor/MA (5773 ha); TI Awá/MA (714 ha); TI Caru/MA (690 ha) e Rebio Gurupi/MA (16442 ha) (© Greenpeace)

Apesar de denunciada desde 1979 pelo Anthropology Resource Center (Vol. 3, nº 2. 01/12/1979), e por diversas cartas endereçadas ao Ministério Público Federal (2008), à Procuradoria Geral da República e também na Polícia Federal (2010) a exploração madeireira na TI Alto Turiacu continua.

Em setembro de 2011, três anos antes deste recente conflito, o IBAMA fez uma operação na região aplicando mais de R\$ 687,5 mil em multas, onde foram encontrados 20 trabalhadores em condições análogas à escravidão. No dia 16 de maio de 2010 Hubinet Ka'apor, 38 anos, foi brutalmente assassinado por madeireiros. Em março de 2011 mais um assassinato: Tazirã Ka'apor, de 20 anos.

CONT.



Em dezembro de 2012, segundo dados da Fiocruz, depois da Polícia Federal apreender um caminhão de madeira ilegal em plena operação, com cartões obtidos na Prefeitura de Maranhãozinho que permitiam a entrada na TI, a PF indiciou o então prefeito da cidade, Josimar Cunha (PR), e mais dez pessoas por suspeita de participação das atividades madeireiras. Josimar negou a acusação.

As denúncias continuaram sendo feitas pelos indígenas em 2013. Em janeiro de 2014 um grupo de 10 indígenas que estavam em suas ações de autovigilância foram surpreendidos com tiros que atingiram as costas e as pernas de dois deles, além de a cabeça do cacique da aldeia. No mesmo mês, a pedido do Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), a Justiça Federal condenou (processo nº 2008.37.00.005728-5) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União a implantarem postos de fiscalização para coibir a atividade ilegal de devastação no interior das Terras Indígenas Alto Turiagu, Awá Guajá e Caru, o que não ocorreu.

Em março outra ação de autovigilância resultou na expulsão de mais madeireiros e em junho de 2014, uma nova denúncia de ameaças envolvendo a participação de políticos de Centro do Guilherme (MA).

Em entrevista ao jornal A Folha de São Paulo (publicada em 10/09/2014), o representante da etnia, Itahu Ka'apor, afirmou que, diante da inércia do governo em protegê-los, os indígenas estão montando e treinando um exército próprio para defender suas terras. "Estamos em guerra. E nós enfrentamos [os madeireiros] mesmo, porque ninguém quer nos ajudar. A gente não aceita mais isso. A Funai nos deixou há meses, então resolvemos agir. Estamos fazendo o que o poder público deveria fazer", disse à reportagem da Folha.

Ao serem obrigados a adotar táticas de autodefesa, os povos indígenas arriscam suas vidas para garantir a proteção dos seus territórios, diante da inércia do Estado em cumprir sua tarefa constitucional, esses povos estão sujeitos a retaliações como a que vimos contra os Ashaninka, mortos no final de agosto. Tudo isso é amplamente subsidiado pela falta de governança que, se já é ruim nos outros estados Amazônicos, no Maranhão parece ser ainda pior.

Infelizmente esse é o reflexo de uma crise marcada por interesses privados de grupos políticos e econômicos que se infiltram nas mais diversas esferas da máquina governamental, comprometendo o funcionamento de instituições públicas, os interesses coletivos da sociedade e ao próprio Estado de Direito.

"A superação definitiva do desmatamento ilegal e a construção de alternativas viáveis para o desenvolvimento sustentável na Amazônia passam necessariamente pelo fortalecimento da governança, dos indígenas e das populações tradicionais, os principais guardiões da biodiversidade amazônica", disse Claudia Caliri, da campanha Amazônia do Greenpeace. "Se isso vem ocorrendo nessas áreas, que estão supostamente protegidas, a gente pode imaginar o que está acontecendo nas áreas que não são resguardadas", completa.

Não podemos esperar o processo se tornar irreversível, a hora de mudar é agora. Cabe ao Governo Brasileiro e a Funai decidirem se esperam pelo pior ou se garantem a efetividade da proteção destas pessoas e suas terras.

Em Manaus, Marina Silva fala sobre BR-319 e terras indígenas
SÍTIO PORTAL BARÉ, 29.09.2014



A candidata à presidência da República Marina Silva (PSB) desembarcou no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, localizado na Zona Oeste de Manaus, por volta das 14h deste domingo (21) para cumprir intensa agenda de compromissos na capital. Assim que desceu do avião, seguiu direto com sua comitiva para a Reserva Florestal Adolpho Ducke, na Zona Norte da cidade, onde concedeu entrevista logo depois de fazer um ato público pela responsabilidade no enfrentamento das mudanças climáticas.

Cerca de 60 pessoas, entre jornalistas, ambientalistas, partidários e assessores da presidenciável, assistiram atentamente à entrevista de Marina Silva, no Museu da Amazônia (Musa), localizado dentro da reserva. Durante a coletiva de imprensa, a candidata foi sabatinada pelos repórteres e principalmente por representantes dos grupos em prol do meio ambiente.

Entre as questões mais polêmicas abordadas na coletiva, a presidenciável comentou sobre a rodovia BR-319 e o projeto de exploração de petróleo na camada pré-sal, além das questões envolvendo o desmatamento da região e a situação indígena.

"Até agora a BR-319 não provou sua viabilidade. Nem a sua viabilidade social, nem a econômica, nem a ambiental. Precisamos frear essa questão. Para ela seguir, precisa dessa comprovação", disse Marina Silva quando questionada sobre a viabilidade da estrada federal que liga Manaus a Porto Velho, em Rondônia.

CONT.



Representantes de entidades ligadas ao ambientalismo estiveram presentes na reunião, como o Greenpeace, movimento Ficha Verde e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam). Marina Silva comentou sobre a política da atual presidente Dilma Rousseff no setor ambiental, no qual afirmou dar pouca importância neste setor.

“No governo do presidente Lula foram demarcados 70 milhões de hectares em reservas indígenas. No governo de FHC (ex-presidente Fernando Henrique Cardoso) foram cerca de 40 milhões. E, até agora, a presidente Dilma não alcançou a marca de três milhões de hectares para os índios”, afirmou a candidata do PSB.

Marina ainda falou sobre a questão da exploração de petróleo na camada pré-sal, onde é acusada pelos seus principais concorrentes de querer frear a continuidade do projeto. Segundo a presidenciável, isso não é verdade, e existe sim a preocupação por parte de sua candidatura em explorar outras formas de energia - a questão do pré-sal seria mais uma delas.

Depois da coletiva, a presidenciável e parte da comitiva seguiram por uma trilha na Reserva Adolphe Ducke, afim de conhecer o mirante de 42 metros de altura que fica no meio da floresta. Por volta das 19h30, a candidata encabeçou um comício na rua Zero, na área do Igarapé da Sapolândia, no limite dos bairros Alvorada e Dom Pedro, na Zona Centro-Oeste de Manaus.

Marina Silva seguirá direto do comício para o aeroporto, onde tem voo marcado para as 21h para Brasília. Na manhã desta segunda-feira (22), a presidenciável deve seguir com sua agenda de campanha.

Marina Silva discursa em Manaus

Após um vídeo em que o poeta amazonense Thiago de Mello fala sobre a presidenciável e confirma seu apoio a Marina Silva, a candidata começou seu discurso na entre os dois bairros da Zona Centro-Oeste, pedindo votos para os “Marcelos” - o candidato ao governo do Estado Marcelo Ramos, e o candidato ao senado Marcelo Serafim, citando por várias vezes o nome dos políticos no plural.

Marina reclamou de seu curto espaço de tempo de propaganda na televisão, citando que a presidente Dilma Rousseff tem 12 minutos enquanto ela tem apenas 2 minutos para expor suas propostas de candidatura.

A candidata ainda falou do tempo em que morou em Manaus, mais precisamente no bairro Morro da Liberdade, na Zona Sul. Relembrou de como ajudava a mãe lavando roupas e tomando banho no Igarapé do Quarenta. A candidata relacionou sua infância difícil na periferia da cidade com o projeto “Minha Casa, Minha Vida”, o qual, segundo ela, terá continuidade, fazendo ajustes e aumentando o número de moradias para a população.

Durante o discurso de pouco mais de meia hora, a presidenciável ainda citou o nome de vários parentes que ainda moram em Manaus e de locais que marcaram sua passagem pela cidade. Falou do sonho de ser freira no colégio Santa Doroteia e de quando uma das religiosas lhe

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

disse que uma freira não poderia ser analfabeta. Foi nessa época que Marina Silva decidiu aprender a ler.



Como fica a Portaria 303 agora que o STF reafirmou a repercussão geral do caso Raposa Serra do Sol?

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 22.09.2014

Quando os ministros do Supremo Tribunal Federal julgaram os embargos de declaração do caso Raposa Serra do Sol e mantiveram as 19 condicionantes estabelecidas na decisão, a Funai divulgou uma nota oficial na qual afirmava o seguinte:

A Fundação Nacional do Índio – Funai vem a público, considerando as notícias veiculadas na mídia, manifestar-se sobre o julgamento dos Embargos de Declaração à decisão proferida na Petição nº 3.388/Roraima, que representou o pronunciamento final do Supremo Tribunal Federal acerca do processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e dos limites da decisão proferida.

Acerca das "salvaguardas institucionais", o STF acolheu, em parte, os pedidos constantes nos embargos de declaração apresentados, a fim de esclarecer que as razões de decidir adotadas não se estenderiam a outros casos que não o julgado na Petição nº 3388/RR, não afetando de modo vinculante outras demarcações de terras indígenas.

Assim, as 19 salvaguardas que constam no acórdão da Petição 3.388/RR foram mantidas tão somente como condições de operacionalização da decisão relativa à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tendo o STF declarado expressamente que elas não se aplicam às demais terras indígenas do país.

A nota da Funai fazia coro com pronunciamentos de ONGs indigenistas e visavam "ganhar no grito" após a derrota sofrida com a decisão do Supremo. As ONGs e a Funai tentaram passar à opinião pública a ideia equivocada de que o STF teria restringido as 19 condicionantes ao caso Raposa Serra do Sol. Vários jornais deram manchetes sobre o assunto noticiando o factoide das ONGs e da Funai:

STF: Regras para 'Raposa' não atingem outros processos, foi a manchete do jornal O Estado de São Paulo.

Demarcação de reservas não estão sujeitas às exigências da Raposa Serra do Sol, diz STF, foi a manchete da Folha de São Paulo

A ação das ONGs e da Funai de jogar com a ignorância dos jornalistas tinha o claro objetivo de derrubar a Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União. A portaria publicada pelo Advogado Geral da União, Luiz Inácio Adams, logo após o julgamento da Raposa obrigava os advogados públicos a considerar as condicionantes em todos os seus atos. A norma vedava a participação dos advogados da Funai nos processos de demarcação de interesse do indigenismo que envolvia ocupação imemorial e ampliação de Terras Indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2014

Brasília, 22 de setembro de 2014.

Sob forte pressão do movimento indigenista, Adams suspendeu a vigência da portaria até o julgamento dos embargos. Depois do julgamento dos embargos as ONGs e a Funai usaram o factoide da não aplicação do caso a outras demarcações e continuaram pressionando Adams, que manteve a eficácia da portaria suspensa.

Ocorre na semana passada, os Ministros do STF aplicaram os regramentos do caso Raposa Serra do Sol a um caso no Mato Grosso do Sul. Semanas antes o STJ havia usado os mesmos argumentos para anular uma demarcação no Paraná.

E aí? Como fica a Portaria 303 agora que o STF reafirmou a repercussão geral do caso Raposa Serra do Sol?

Hora de dar força e apoio ao Advogado Geral para que faça valer novamente a portaria.